POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL (2002-2016) E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

uma revisão sistemática da literatura

CULTURAL POLICIES IN BRAZIL (2002-2016) AND THEIR CONSEQUENCES ON TERRITORIAL PLANNING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Lara Briani[1]
Jane Victal[2]

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ PUC-Campinas). Email: larabriani@gmail.com

2 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ PUC-Campinas). Email: janevictal@puc-campinas.edu.br

RESUMO:

O artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre as políticas públicas de cultura no Brasil entre 2002 e 2016, com ênfase na interação dessas políticas com o território e suas implicações para o planejamento territorial. Adota-se como método a seleção, leitura e análise de artigos em português, revisados por pares, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Busca-se apresentar as principais reflexões contemporâneas no Brasil acerca da relação entre políticas culturais e repercussões no planejamento territorial, bem como as consequências práticas no desenvolvimento urbano e local. O objetivo é compreender o estado da arte da produção acadêmica que investiga as influências dessas políticas no desenvolvimento territorial no período analisado, identificando possíveis lacunas no campo do planejamento em arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: Políticas culturais; Território Cultural; Planejamento; Brasil.

ABSTRACT:

The article presents a systematic literature review on public cultural policies in Brazil between 2002 and 2016, with an emphasis on the interaction of these policies with the territory and their implications for territorial planning. The method adopted involves the selection, reading, and analysis of peer-reviewed articles in Portuguese, available through the CAPES Portal. The study aims to present the main contemporary reflections in Brazil regarding the relationship between cultural policies and their repercussions for territorial planning, as well as the practical consequences for urban and local development. The objective is to understand the state of the art of academic production investigating the influence of these policies on territorial development during the analyzed period, identifying possible gaps in the field of planning within architecture and urbanism.

Key-words: Cultural policies; Territory; Planning; Brazil.

Introdução

Este estudo tem como enfoque explorar os impactos das políticas culturais no planejamento territorial, bem como refletir sobre os desafios e as potencialidades geradas pela integração das políticas culturais ao planejamento urbano no Brasil, especialmente no período de 2002 a 2016. O recorte temporal escolhido trata de um período em que políticas públicas de cultura ganharam maior centralidade na agenda governamental, com o Ministério da Cultura como protagonista, a formulação do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), a consolidação do Sistema Nacional de Cultura e a ampliação de instrumentos de descentralização e participação social. A partir desse contexto, observa-se que a cultura se tornou uma dimensão estratégica do desenvolvimento, com repercussões diretas na forma de pensar e organizar o território. Nesse sentido, pretende-se inventariar a produção acadêmica sobre o tema, identificando tanto as contribuições significativas quanto as lacunas existentes na análise das políticas culturais e seu papel no planejamento urbano e territorial. Esse mapeamento visa compreender de que maneira a cultura tem sido incorporada nos debates sobre ordenação do espaço, planejamento das cidades e valorização das identidades locais.

O arquiteto e urbanista espanhol Joan Nogué destaca a complexidade do conceito de paisagem cultural e suas implicações no âmbito da ordenação do território. Para ele, o conceito de paisagem cultural transcende a dimensão material e objetiva do território, devendo ser apreendida tanto como uma realidade material e tangível, que pode ser tocada ou observada, quanto como um conjunto de significados subjetivos e culturais (NOGUÉ, 2018). A visão dualista de paisagem, que integra tanto o aspecto físico quanto o simbólico, é fundamental para entender a sua importância na construção das identidades sociais e culturais das comunidades.

Portanto, a paisagem cultural torna-se, para além de um produto natural ou objetivo, uma construção social e cultural, composta por valores históricos, estéticos, culturais e sociais, muitos dos quais são intangíveis. Tanto a dimensão material e objetiva da paisagem quanto a dimensão subjetiva e cultural são igualmente relevantes. Nogué (2018) argumenta que a gestão do território deve contemplar simultaneamente ambas as dimensões, reconhecendo que as transformações propostas pelas leis e regulamentações urbanísticas no planejamento territorial podem impactar diretamente a identidade, o senso de pertencimento e o bem-estar coletivo. Desse modo, a gestão do território deve ser sensível a essa dualidade, reconhecendo a importância de valorizar os aspectos intangíveis da paisagem.

Por sua vez, o economista, arquiteto e urbanismo espanhol Joaquín Sabaté Bel (2007) amplia esse entendimento ao afirmar que o verdadeiro atributo do território são as pessoas. Para além de um cenário ou herança histórica, a paisagem é, sobretudo, resultado das práticas, memórias e projetos coletivos de seus habitantes. Dessa maneira, a identidade territorial emerge da relação dinâmica entre as comunidades locais e a paisagem, constituindo um processo contínuo de produção de significados e de construção de pertencimento ao território. Para Sabaté Bel (2018), a gestão do território deve reconhecer esse protagonismo das comunidades locais, compreendendo

que são elas que legitimam e conferem autenticidade à paisagem, orientando seus futuros possíveis.

Ambos os teóricos, Nogué e Sabaté Bel, convergem ao destacar que a paisagem cultural não se reduz à sua dimensão material e objetiva, sendo uma construção social permeada por valores intangíveis, simbólicos e afetivos e que, portanto, o planejamento territorial deve ser sensível à preservação e continuidade de uma cultura viva cujos protagonistas são os sujeitos simples que habitam e transformam a paisagem.

No campo da cultura, Néstor Canclini define o conceito de política cultural como o conjunto de ações implementadas pelo Estado, pela sociedade civil e por grupos organizados da comunidade de maneira a "orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social" (CALEBRE, 2019). Essa visão compreende a política cultural como o resultado amplo de uma construção que tem múltiplos atores, em especial a participação de bases comunitárias. Essa concepção rompe com a ideia de que a política cultural seria uma ação de poucos para a ampliação do acesso a determinados valores e práticas simbólicas que configurariam o que é cultura de acordo com uma minoria detentora de poder. A partir dessa concepção de política cultural proposta por Canclini, afirma-se a multiplicidade de identidades no território e suas culturas, assim como o protagonismo de igual importância dos grupos sociais que as representam.

Nesse mesmo sentido, o governo federal sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2002 a 2016 propôs uma ampliação do conceito de cultura, desviando-se do viés europeu e civilizatório de que cultura se resumia às artes eruditas ou ao patrimônio material, e abraçando os costumes e as práticas sociais que tivessem como resultado a produção de significados, símbolos e valores (SANTANA; ROCHA, 2019). Isto é, todas as práticas que determinassem um modo de ser. Dessa maneira, a nova perspectiva do conceito de cultura

ampliou-se em três dimensões: a simbólica (todos os seres humanos são capazes de criar símbolos que se expressam em práticas culturais); a cidadã (cultura como direito básico); e a econômica (cultura como vetor de desenvolvimento econômico).

A ampliação do conceito de cultura também resultou na ampliação do olhar os demais modos de produzir cultura, ou seja, o olhar sobre a diversidade cultural, em especial a cultura popular, dando maior visibilidade às diversas manifestações culturais, incluindo aquelas de comunidades marginalizadas ou menos representadas nas esferas institucionais.

Com isso, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, de 2002 a 2016, foi possível observar avanços significativos no campo das políticas culturais. Dentre elas, destacam-se: (i) o Programa Cultura Viva de 2004, cujo objetivo era fortalecer a participação ativa da sociedade civil na gestão cultural e a cultura popular por meio da criação dos Pontos de Cultura; (ii) o Plano Nacional de Cultura (PNC) de 2010 com o intuito de consolidar um Sistema Nacional de Cultura (SNC) para dez anos seguintes e que integrasse as políticas culturais nos níveis federal, estadual e municipal; (iii) a ampliação do alcance da Lei Rouanet e a criação de novos instrumentos de apoio à cultura, como o Fundo Nacional de Cultura e demais programas direcionados a facilitar o acesso aos recursos para projetos culturais (RUBIM, 2013); (iv) o Programa Mais Cultura, cujo objetivo eram as políticas de inclusão social por meio do aumento do acesso e da produção cultural em comunidades em situações socialmente vulneráveis; (v) o Plano da Secretaria de Economia Criativa, cujo objetivo era fomentar a economia criativa no país; entre outros.

As iniciativas no campo das políticas culturais durante esse período no Brasil caminharam no entendimento da relevância do papel da cultura na inclusão social e no desenvolvimento, integrando-a também ao processo de desenvolvimento econômico e social do país. Essas ações consolidaram a cultura como um direito social,

promovendo o reconhecimento da diversidade cultural como um fator que define a identidade nacional.

Com base nas reflexões de Nogué (2018) e Sabaté Bel (2007) sobre a dimensão subjetiva na gestão e o papel do sujeito simples no território, compreende-se que analisar as implicações das políticas culturais no planejamento territorial e urbano implica em consolidar a integração entre cultura e planejamento no âmbito das políticas públicas em direção à valorização e preservação dos aspectos simbólicos e identitários das paisagens culturais, bem como do fortalecimento da participação ativa das comunidades locais. A memória social, as práticas cotidianas e os modos de vida associados ao território constituem a base das identidades territoriais e devem ser incorporadas às estratégias de ordenação do espaço. Qualquer ação de planejamento ou de política pública só adquire legitimidade quando reconhece o protagonismo das populações autóctones e a paisagem como entidade viva, carregada de símbolos e memórias.

Metodologia

Para a elaboração deste artigo, adotou-se a revisão sistemática de literatura como método de pesquisa. A base de dados utilizada foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando sua abrangência e relevância na disponibilização de produções científicas no Brasil. A busca foi realizada no campo de assunto com a palavra-chave "políticas culturais", combinada com os termos "planejamento urbano"; "território"; "PT"; "Lula" e "Dilma" (etapa 01).

Na etapa inicial, foram aplicados como filtros: (i) tipo de produção "artigo", (ii) sem seleção de área do conhecimento, (iii) revisado por pares, (iv) idioma em português, (v) recorte temporal desde 2002, de modo a contemplar o período correspondente aos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016). O resultado dessa primeira busca foi de 275 artigos.

A etapa seguinte (02) consistiu na leitura e análise dos títulos, resumos e referências dos artigos, adotando-se critérios de inclusão (CI) e exclusão (CE), conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados das etapas 1 e 2

Filtros utilizados na busca	Palavras-chave utilizadas na busca	Resultado etapa 1 de busca (n. total de artigos)	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão	Resultado etapa 2 - Seleção após aplicação dos CI e CE (n. artigos)
Tipo de produção: "artigo" + "em português" + "revisados por pares" + "desde 2002"	"políticas culturais" + "planejamento urbano"	180	Conteúdo relacionado ao período de 2002 a 2016 no Brasil e/ou foco em políticas culturais implantadas pelo governo neste período no Brasil.	Sem relação com o período de 2002 a 2016 no Brasil e/ou sem foco nas políticas culturais implantadas pelo governo neste mesmo período no Brasil.	16
	"políticas culturais" + "território"	68			11
	"políticas culturais" + "PT"	13			2
	"políticas culturais" + "Lula"	12			10
	"políticas culturais" + "Dilma"	2			2
Total		**275**			**41**

Fonte: elaboração própria, 2024.

Dos 41 artigos selecionados na segunda etapa, sete apresentavam duplicidade decorrente da pesquisa preliminar com diferentes combinações de palavras-chave. Dessa forma, obteve-se um total de 34 artigos válidos para a continuidade da análise.

Na terceira etapa, procedeu-se a uma nova leitura dos títulos, resumos e referências bibliográficas, aplicando-se os novos critérios de inclusão (CI) e critérios de exclusão (CE), conforme sistematizados no Quadro 2. O objetivo foi refinar ainda mais a amostra, garantindo que apenas estudos diretamente relacionados à interface entre políticas culturais e planejamento urbano/ territorial permanecessem no escopo.

Quadro 2 – Resultado da etapa 3

N. total de artigos (resultado etapa 02)	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão	Resultado etapa 3 - Seleção após aplicação dos CI e CE (n. artigos)
34	Conteúdo relacionado com as repercussões das políticas culturais no território.	Conteúdo sem relação com as repercussões das políticas culturais no território.	9

Fonte: elaboração própria, 2024.

Após essa triagem, restaram nove artigos, que constituíram o conjunto final de análise. Esses trabalhos foram submetidos a um processo de categorização temática, elaborado a partir do enfoque predominante dado pelos autores à análise dos impactos das políticas culturais em determinado território. A categorização foi estruturada em três dimensões principais: a) dimensão sociocultural; b) dimensão econômica; e c) dimensão de gestão (Quadro 3).

Resultados

A divisão do resultado da pesquisa por meio desta categorização permitiu organizar os artigos de modo a evidenciar as múltiplas dimensões pelas quais as políticas culturais produzem impactos no território, seja no fortalecimento da identidade e da diversidade cultural, na dinamização econômica ou ainda na gestão integrada de políticas públicas. Esse procedimento metodológico possibilitou a sistematização das contribuições acadêmicas já produzidas sobre o tema e a identificação de lacunas analíticas e temáticas ainda pouco exploradas pela literatura.

Quadro 3 – Resultado da etapa 4

Categoria / Tema	Autor(es) / Ano do artigo	Periódico	Foco Territorial
Dimensão sociocultural	Menezes (2018)	Revista de Políticas Públicas	Ponto de Cultura em Sobral-CE
	Magalhães (2018)	Revista de Políticas Públicas	Pontos de Cultura na Região do ABC Paulista
	Rodrigues; Rodrigues (2014)	Políticas Culturais em Revista	Ponto de Cultura Niterói Oceânico-RJ
	Botelho; Santos Filho (2014)	Políticas Culturais em Revista	Marabá-PA
Dimensão econômica	Ribeiro; Pessoa; Silva; Silva (2014)	Políticas Culturais em Revista	Pontos de Cultura em Natal-RN
	Santos; Gonçalves; Simões (2019)	Revista Ciências Administrativas	Rio Criativo e Territórios Culturais/ Favela Criativa - RJ
Dimensão de gestão	Nogueira; Brizuela (2022)	Políticas Culturais em Revista	Bacias do Rio Grande e do Rio Corrente, oeste da Bahia
	Santos; Gonçalves; Simões (2019)	Revista Ciências Administrativas	Rio Criativo e Territórios Culturais/ Favela Criativa - RJ
	Kupski; Silva (2016)	Cadernos EBAPE.BR	Rio Grande-RS
	Costa; Barros (2016)	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	São Caetano do Sul-SP

Fonte: elaboração própria, 2024.

Dimensão sociocultural

Na categoria "dimensão sociocultural", os artigos analisados abordam os efeitos das políticas culturais sobre as dinâmicas sociais e identitárias das comunidades. O artigo de Menezes (2018) investiga os impactos das políticas culturais locais na vida social de Sobral–CE, com foco no Ponto de Cultura do programa Cultura Viva. A autora constatou que essa política teve um efeito positivo ao promover a descentralização da produção cultural e ampliar o acesso à cultura, criando um espaço de experimentação e inovação para a comunidade local, ao mesmo tempo em que houve a valorização e preservação das

tradições. Como resultado, a política do Ponto de Cultura contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e da identidade local, além de promover a socialização e a participação comunitária, combatendo a marginalização social.

De maneira similar, o artigo de Magalhães (2018) destaca o papel do programa Cultura Viva na promoção da participação social nas práticas culturais, especialmente em áreas socialmente mais vulneráveis, como onde estavam localizados os Pontos de Cultura na região do ABC Paulista. O autor analisa a "institucionalidade" da cultura, considerando novas normas, leis de incentivo e outros mecanismos, e utiliza um estudo de caso para mostrar como a política contribui para o desenvolvimento e a criação de novas oportunidades para grupos produtores de cultura historicamente marginalizados. Rodrigues e Rodrigues (2014) reforçam essa análise ao examinar o Ponto de Cultura de Niterói–RJ, destacando como o programa contribui para a transformação do conceito de cultura e, consequentemente, o surgimento de novos atores de áreas periféricas, criando redes de articulação em busca de maior representatividade identitária.

Por sua vez, o artigo de Botelho e Santos Filho (2014) analisam o impacto do Ponto de Cultura de Marabá–PA, que ampliou o diálogo entre diversas culturas amazônicas, ajudando a legitimar expressões culturais locais anteriormente sem voz. Em especial, os dois últimos artigos destacam um ponto em comum ao demonstrar que os Pontos de Cultura se constituíram como instrumentos de inclusão e reconhecimento cultural, ao possibilitar que grupos tradicionalmente excluídos ocupassem espaços de protagonismo e articulassem redes de produção simbólica.

Dimensão econômica

Na categoria "dimensão econômica", o artigo de Ribeiro, Pessoa, Silva e Silva (2014) analisa os impactos econômicos da política cultural do Ponto de Cultura em Natal–RN. O estudo aponta que

esses "territórios criativos", ao contrário de outros observados pelo Brasil, operam de forma isolada, o que dificulta a criação de uma rede de economia solidária que poderia dar maior autonomia às comunidades locais afetadas por essa política.

Por um lado, os Pontos de Cultura apresentam potencial para impulsionar e dinamizar a economia local por meio das atividades culturais, descentralizando a produção cultural e permitindo que novos atores ganhem maior representatividade. Por outro lado, a ausência de articulação em uma rede solidária mantém esses Pontos de Cultura dependentes de outros instrumentos externos de sustentabilidade econômica, como financiamentos, apoios por meio de editais de fomento, parcerias com universidades ou repasses governamentais. O estudo também destaca que a maioria das atividades realizadas nesses espaços se restringe a oficinas isoladas e pontuais, em vez de uma produção contínua suficiente que realmente possa promover o desenvolvimento local. Os autores argumentam que, para transformar o funcionamento dos Pontos de Cultura, seriam necessárias novas ações de incentivo por parte do poder público, de modo a construir atividades duradouras e estabelecer uma verdadeira rede de economia solidária. Desta maneira, a política do Ponto de Cultura, por si só, não representa um sinônimo de desenvolvimento econômico local, caso não haja constante amparo institucional e maior participação social.

Enquanto isso, o artigo de Santos, Gonçalves e Simões (2019) analisa a gestão de programas voltados à economia criativa no estado do Rio de Janeiro. Com a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) em 2012, durante o governo Dilma Rousseff, houve uma ampliação no debate e no surgimento de ações voltadas para este setor, consolidando a cultura como um ativo econômico estratégico no país e uma ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento por meio de práticas culturais.

No estado do Rio de Janeiro, destacam-se duas iniciativas analisadas no artigo. Por um lado, o programa Rio Criativo, vinculado

à Secretaria de Cultura, foi concebido como uma incubadora para novas e pequenas empresas (*startups*) do setor cultural. Por outro, o programa Territórios Culturais/ Favelas Criativas buscou capacitar jovens de comunidades periféricas e em situação de vulnerabilidade em práticas de gestão cultural, gerando oportunidades de inclusão no mercado cultural.

Os autores concluem que, apesar das diferenças de natureza entre as iniciativas, ambas surgem com uma estrutura de gestão pautada em princípios de mercado e que se fundamenta em parcerias público-privadas.

Portanto, de modo geral, nessa categoria é possível identificar uma das principais mudanças promovidas pelo governo PT no Brasil: a ampliação do conceito de cultura, com a inclusão da sua dimensão econômica. Essa abordagem alçou a cultura ao *status* de vetor de desenvolvimento econômico, rompendo com a velha dicotomia entre cultura e economia.

Dimensão de gestão

Na categoria "dimensão de gestão", os artigos destacam a análise dos mecanismos institucionais e dos processos de governança, discutindo o papel do Estado e a interação entre as diferentes instâncias do poder público. Embora, dentre todas as categorias, esta esteja mais próxima do campo do planejamento territorial, as discussões não se inserem completamente nessa área do conhecimento.

O artigo de Costa e Barros (2016) se debruça sobre a importância da diversidade cultural e da participação social na construção de políticas culturais nos municípios, possibilitando, dessa maneira, o atendimento às reais necessidades das comunidades locais. Como estudo de caso, os autores baseiam-se na análise documental e na discussão do Projeto MinC-UFBA e da criação do Plano de Cultura na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. O estudo sugere que a construção de políticas culturais municipais, de forma a estarem alinhadas aos pressupostos do Plano Nacional de Cultura

(PNC), devem considerar as especificidades da realidade local em vez de apenas reproduzir padrões em escala nacional. Desta maneira, os autores defendem que a participação social das comunidades locais na gestão destas políticas, para além de uma estratégia de ações operacionais, representa uma condição para que as políticas culturais promovam de fato o desenvolvimento local.

Na mesma direção, o artigo de Kupski e Silva (2016) tem como ponto de partida a análise dos impactos das políticas culturais no campo cultural do município de Rio Grande/RS, especificamente sobre as atuações dos agentes de cultura e suas dinâmicas de poder. O estudo revelou que um dos impactos destas políticas na cidade foi a mobilização limitada de novos agentes locais, perpetuando o favorecimento e o acesso aos recursos culturais a grupos que já possuíam certo acesso ao campo cultural. O Programa Cultura Viva oferecia apoio financeiro a grupos da sociedade civil por meio dos Pontos de Cultura, no entanto, mesmo tendo gerado impactos positivos no fortalecimento da diversidade cultural – um dos pilares das políticas de cultura neste período –, deveria existir um esforço maior em ampliar o acesso e incluir segmentos da população mais marginalizados.

Enquanto isso, o artigo de Santos, Gonçalves e Simões (2019) explora as complexidades de gestão de programas no setor da economia criativa na cidade do Rio de Janeiro, como o Rio Criativo e o Territórios Culturais/ Favela Criativa. Essa complexidade se instala na necessidade de coordenação entre agentes dos setores público e privado e, sobretudo, de adaptação às dinâmicas locais. No entanto, as discussões sobre esses programas como ferramenta de desenvolvimento econômico e a ampliação do conceito de cultura também permeiam o artigo, dando a ele um tom que dialoga com dimensão econômica dos impactos de tais ações sobre o território, de tal maneira que este artigo também foi apresentado na categoria "dimensão econômica".

Em conjunto, a partir da análise de diferentes contextos, os artigos apresentados nesta categoria revelam o avanço das políticas culturais

no Brasil no recorte temporal selecionado (2002 a 2016) e os desafios associados à sua implementação. É possível perceber um fio condutor comum entre eles na defesa da descentralização e da ampliação da participação de novos atores na gestão cultural, o que permite que sejam incorporados aspectos subjetivos e simbólicos das culturas locais de maneira a promover o desenvolvimento econômico e social das mesmas.

Portanto, buscando uma aproximação com o campo do planejamento territorial, esta categoria discute modelos de gestão que contribuem para a ideia de que as políticas culturais devem considerar o contexto social e cultural específico de cada território, estabelecendo uma relação direta e única com cada localidade e seus habitantes e possibilitando uma governança participativa do planejamento do uso do território de maneira que respeite e valorize os modos de existir locais.

Conclusão

Por meio deste estudo de revisão literária sobre os impactos das políticas culturais desenvolvidas no Brasil entre 2002 e 2016, foi possível observar que a própria política dos Pontos de Cultura representa um avanço significativo na integração entre os campos da cultura e do planejamento territorial. Essa política demonstra como ações culturais podem produzir efeitos concretos na vida das comunidades, promovendo a descentralização da produção cultural, a emergência de novos atores historicamente marginalizados e o fortalecimento da identidade local, contribuindo para a construção de territórios mais inclusivos e participativos.

Contudo, a análise dos estudos evidencia que a produção acadêmica sobre essa relação se concentra principalmente no campo da cultura e das ciências sociais, como sociologia, antropologia e gestão. A ênfase recai sobre os impactos socioculturais, como a ampliação do acesso à cultura, a socialização comunitária, a promoção de representatividade e a valorização de expressões culturais e identidades locais.

Além disso, observa-se uma crescente atenção à dimensão econômica, relacionada à economia criativa e à possibilidade de a cultura atuar como vetor de desenvolvimento, e à dimensão de gestão, que aborda a importância de mecanismos institucionais, governança participativa e articulação entre diferentes setores.

No entanto, a pesquisa identifica uma lacuna significativa no campo da arquitetura e urbanismo, especialmente no que se refere ao planejamento territorial e urbano. Embora autores contemporâneos, como Joan Nogué e Joaquín Sabaté Bel, enfatizem a necessidade de considerar a dimensão cultural na ordenação do território, reconhecendo a paisagem como elemento integrador de elementos materiais e simbólicos e atribuindo centralidade ao papel das comunidades locais, essa perspectiva ainda não é incorporada de maneira consistente nos estudos brasileiros.

Dessa forma, este estudo reforça a importância de articular políticas culturais ao planejamento territorial, considerando a cultura como instrumento de inclusão social, desenvolvimento econômico e, acima de tudo, como elemento central na definição do uso e do significado do território. A lacuna identificada indica que avançar nesse diálogo entre cultura e urbanismo é crucial para consolidar práticas de planejamento que valorizem as identidades locais, a diversidade cultural e o protagonismo das comunidades, contribuindo para a própria preservação e continuidades desses territórios para as futuras gerações.

Referências

BOTELHO, Deize Almeida; SANTOS FILHO, Alexandre Silva dos. Cultura Viva na Amazonidade Paraense. Políticas Culturais em Revista, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 211–227, 2014. DOI: 10.9771/1983-3717pcr.v7i2.12526. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/12526. Acesso em: 7 nov. 2024.

CALEBRE, Lia. Sobre o conceito de políticas públicas (capítulo 8). In: ROCHA, Renata; Brizuela, Juan Ignacio (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões/ Néstor García Canclini. Salvador: EDUFBA, 2019.

CHEDID, Samira. As políticas culturais durante o primeiro governo Dilma analisadas por especialistas. Políticas Culturais Em Revista, 9(2), 747–753, 2016. DOI: https://doi.org/10.9771/pcr.v9i2.16772. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16772. Acesso em: 6 nov. 2024.

COSTA, Kátia Maria de Souza; BARROS, José Márcio Pinto de Moura. Diversidade cultural e participação social na construção de planos municipais de cultura. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2608. Acesso em: 6 nov. 2024.

MAGALHÃES, Renan Gustavo. Uma análise da institucionalidade da cultura a partir do Programa Cultura Viva: perspectivas pela Companhia Quartum Crescente. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 1, p. 331–356, 28 Jun 2018 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9234. Acesso em: 6 nov 2024.

MENEZES, Fátima Regina Portela de. Experiências e criações de políticas culturais no Ponto de Cultura Recreio das Artes, Sobral–CE. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 1, p. 155–172, 28 Jun 2018 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9226. Acesso em: 6 nov 2024.

NOGUÉ, Joan. Introducción. La valoración cultural del paisaje en la contemporaneidad. *In*: NOGUÉ, Joan (org.). El paisaje en la cultura contemporánea. 1. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p. 9–24.

NOGUÉ, Joan. El paisaje como bien común. Apresentação no evento "Lecciones sobre la percepción, exploración y control del territorio y el paisaje" em 26 de junho de 2018. Santander: Youtube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x2KiHeOYapY. Acesso em: 6 nov 2024.

PESSOA, Nara da Cunha; RIBEIRO, Marcel Matias; SILVA, Fernanda; SILVA, Rafaela. Territórios Criativos: atividades dos Pontos de Cultura de Natal–RN. Políticas Culturais Em Revista, 7(2), 192–210. https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v7i2.12419

RODRIGUES, Luis Augusto F.; RODRIGUES, Alexandre Santini. Cultura Viva: novos atores na cena política brasileira. Políticas Culturais Em Revista, 7(2), 84–102. https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v7i2.12461

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/525/6/Politicas%20culturais%20governo%20lula.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

SABATÉ BEL, Joaquín. El patrimonio de la forma del territorio como criterio de ordenación. Ciudades, [*s. l.*], n. 04, p. 233–249, 2018. Disponível em: https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/1779. Acesso em: 6 set. 2024.

SABATÉ BEL, Joaquín. Paisajes culturales y desarrollo local: ¿Alta costura o prêt a porter?. Labor e Engenho, v. 1, n. 1, p. 51–76, 2007. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/231. Acesso em: 3 set. 2024.

SANTANA, Marcela Silva de; ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Do cânone modernista à noção antropológica de cultura: O conceito de cultura nas políticas culturais do governo Lula (2003-2011). Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 24, n. 47, 2020. DOI: 10.52780/res.12698. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/12698. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva; GONÇALVES, Marina Teixeira.; SIMÕES, Janaina Machado. A Gestão dos Programas Públicos de Economia Criativa no estado do Rio de Janeiro. Revista Ciências Administrativas, [S. l.], v. 25, n. 2, 2019. DOI: 10.5020/2318-0722.2019.7953. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rca/article/view/7953. Acesso em: 6 nov. 2024.

KUPSKI, Larisse; SILVA, Rosimeri Carvalho da. O campo das políticas culturais em Rio Grande–RS diante das mudanças propostas no Governo Lula. Cadernos EBAPE.BR, 14(spe), 656–671. https://doi.org/10.1590/1679-395116299 Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/dMCPDPpFfL4C9LDRZYj4cYg/?lang=pt. Acesso em: 7 nov. 2024.